

# AS CONSEQUÊNCIAS CURRICULARES DO APOIO TUTORIAL NA INCLUSÃO DE ALUNOS PORTUGUESES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (ESTUDO DE CASO)

Ernesto Candeias Martins <sup>1</sup>  
Ana Isabel Nogueira Ferreira <sup>2</sup>

## RESUMO

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho permite aprendizagem e inclusão dos alunos portugueses com necessidades específicas, usufruindo Apoio Tutorial. O escopo da metodologia qualitativa utilizada, na modalidade de estudo de caso, teve propósito compreender o contributo do apoio tutorial no acesso ao currículo por parte daqueles alunos num Agrupamento de Escola. É uma pesquisa exploratória (observacional, transversal, descritivo, analítico, interpretativo) assente nos objetivos: compreender significado do apoio tutorial; e características do professor-tutor; identificar os conhecimentos dos sujeitos em estudo sobre o papel do professor-tutor; caracterizar as metodologias de intervenção desenvolvidas no apoio tutorial; compreender as vantagens do apoio tutorial no acesso ao currículo, por parte dos alunos; conhecer várias áreas de competências trabalhadas na tutoria. A amostra inclui 4 alunos, intencionalmente selecionados, beneficiadores ano letivo 2022-23 daquela medida normativa de suporte, respetivos pais, diretores de turma e coordenadora da equipa de apoio e educação especial. Recorremos às técnicas de recolha de dados: observação participante, não-participante e documental; entrevistas semiestruturadas; notas de campo. Submetemos os dados à análise de conteúdo, agrupando a informação relevante em categorias/subcategorias, interpretando-as na base da triangulação. Cumprimos os procedimentos éticos e legais da investigação. Os resultados confirmaram que a tutoria é mediadora e habilitativa no acesso às aprendizagens dos alunos com necessidades específicas, desde que seja ajustada, ponderada, estruturada e monitorizada. Verificámos que o Apoio Tutorial contribui no acesso ao currículo, numa compensação relacional, promoção de competências, adaptação ao currículo, num efetivo exercício autonomia e flexibilidade curricular.

**Palavras-chave:** Apoio Tutorial. Flexibilização curricular. Necessidades educativas específicas.

## *CURRICULAR CONSEQUENCES OF TUTORIAL SUPPORT FOR PORTUGUESE STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN AN INCLUSION CONTEXT (CASE STUDY)*

## ABSTRACT

Decree-Law No. 54/2018, of July 6, allows the learning and inclusion of Portuguese students with specific needs, benefiting from Tutorial Support. The scope of the qualitative methodology used, in the case study modality, aimed to understand the contribution of tutorial support in accessing the curriculum by those students in a School Group. It is an

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação/Ciências da Educação, no domínio da Teoria e História da Educação, sendo professor Coordenador C/ Título de Agregado à Universidade, na área da Educação/História da Educação Social no IPCB (Instituto Politécnico de Castelo Branco-Portugal), do Dept.º Ciências Sociais e Humanas. Investigador integrado no CeIED – Centro de Estudos Interdisciplinares de Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa. Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0003-4841-1215>. E-mail: [ernesto@ipcb.pt](mailto:ernesto@ipcb.pt).

<sup>2</sup> Mestre em Educação Especial pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Professora de educação especial no Agrupamento de Escolas de Seia/Portugal. E-mail: [ferreiraduarte543@gmail.com](mailto:ferreiraduarte543@gmail.com).

exploratory research (observational, transversal, descriptive, analytical, interpretative) based on the objectives: understanding the meaning of tutorial support; and characteristics of the teacher-tutor; identify the knowledge of the subjects under study about the role of the teacher-tutor; characterize the intervention methodologies developed in tutorial support; understand the advantages of tutorial support for students' access to the curriculum; get to know various areas of skills worked on in tutoring. The sample includes 4 students, intentionally selected, beneficiaries of the 2022-23 academic year of that normative support measure, their parents, class directors and coordinator of the support and special education team. We used data collection techniques: participant, non-participant and documentary observation; semi-structured interviews; field notes. We submit the data to content analysis, grouping relevant information into categories and subcategories, interpreting them on the basis of triangulation. We comply with ethical and legal research procedures. The results confirmed that tutoring is a mediator and enabler in accessing learning for students with specific needs, as long as it is adjusted, considered, structured and monitored. We found that Tutorial Support contributes to access to the curriculum, relational compensation, promotion of skills, adaptation to the curriculum, an effective exercise of autonomy and curricular flexibility.

**Keywords:** Tutorial Support. Curricular flexibility. Specific educational needs.

## ***LAS CONSECUENCIAS CURRICULARES DEL APOYO TUTORIAL EN LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS PORTUGUESES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES (ESTUDIO DE CASO)***

### **RESUMÉN**

El Decreto-Ley n° 54/2018, de 6 de julio, permite el aprendizaje y la inclusión de estudiantes portugueses con necesidades específicas, beneficiándose del Apoyo Tutorial. El alcance de la metodología cualitativa utilizada, en la modalidad de estudio de caso, tuvo como objetivo comprender la contribución del apoyo tutorial en el acceso al currículo por parte de aquellos estudiantes de un Grupo Escolar. Se trata de una investigación exploratoria (observacional, transversal, descriptiva, analítica, interpretativa) basada en los objetivos: comprender el significado del apoyo tutorial; y características del profesor-tutor; identificar los conocimientos de los sujetos en estudio sobre el rol del profesor-tutor; caracterizar las metodologías de intervención desarrolladas en apoyo tutorial; comprender las ventajas del apoyo tutorial para el acceso de los estudiantes al plan de estudios; conocer diversas áreas de habilidades que se trabajan en la tutoría. La muestra incluye a 4 estudiantes, seleccionados intencionalmente, beneficiarios del curso 2022-23 de esa medida normativa de apoyo, sus padres de familia, directores de clase y coordinador del equipo de apoyo y educación especial. Se utilizaron técnicas de recolección de datos: observación participante, no participante y documental; entrevistas semiestructuradas; notas de campo. Sometemos los datos a análisis de contenido, agrupando la información relevante en categorías/subcategorías, interpretándolas en base a una triangulación. Cumplimos con los procedimientos de investigación éticos y legales. Los resultados confirmaron que la tutoría es un mediador y facilitador en el acceso al aprendizaje de estudiantes con necesidades específicas, siempre que sea ajustada, considerada, estructurada y monitoreada. Encontramos que el Apoyo Tutorial contribuye al acceso al currículo, la compensación relacional, la promoción de habilidades, la adaptación al currículo, un ejercicio efectivo de la autonomía y la flexibilidad curricular.

**Palabras clave:** Soporte Tutorial. Flexibilidad curricular. Necesidades educativas específicas.

## INTRODUÇÃO

Ao falar de inclusão e educação inclusiva, a partir da Declaração Mundial sobre Educação, em Jomtiem (ONU para a Cultura e Educação), em 1990 e a Declaração de Salamanca -Unesco (1994) remete-nos para compreensão de um novo paradigma educativo, uma nova concepção de escola e educação para todos, onde a equidade educativa, a igualdade de oportunidades e de participação, a diversidade cultural, os valores de uma cultura de cooperação e de inter-relação na convivência escolar, estão subjacentes a todas as práticas pedagógicas. A educação inclusiva ilustra a ação de uma preocupação com um grupo específico de alunos para um combate às barreiras/dificuldades que se colocam à sua aprendizagem e participação. Referimo-nos a um leque de estratégias, atividades e processos metodológicos e avaliativos que visam converter uma realidade na base dos direitos e na qualidade, uma educação relevante e adequada aos alunos.

Atualmente reconhecemos que a aprendizagem é um processo dinâmico, contínuo ao longo da vida ('aprender a aprender'), que envolve a ação de todos os agentes/atores ou agências educativas disponíveis à educação do aluno em contextos formais, informais e não formais. Procura-se assim que as comunidades de aprendizagem (articulação entre escola-comunidade ou território educativo) permita que os sistemas, as estruturas e os contextos combatam a discriminação ou desigualdades, superem as dificuldades na aprendizagem, promovendo, no seio da diversidade e pluralidade cultural, a participação. Ou seja, o desenvolvimento inclusivo na escola (como na sociedade) tem o objetivo de criar um mundo mais tolerante, solidário, em paz e em justiça social, com o uso sustentável de recursos para dar respostas às necessidades básicas e zelar pelos direitos de todos. É sob este ideal inclusivo, em constante difusão, no seguimento das conquistas sucessivas, que se ergue a 'Escola Inclusiva', no lema de "uma escola para todos". Nesta escola de todos e para todos, defende-se o princípio fundamental de que os alunos, independentemente das suas singularidades pessoais e sociais, têm direitos, sendo a equidade educativa e a participação de todos na vida escolar, a base da pirâmide dos direitos reconhecidos como fundamentais (Correia, 2008).

Efetivamente a educação inclusiva vem, assim, colocar desafios à escola. Esta deve estar preparada para o reforço da sua ação e das suas equipas, aludindo

para a existência de um único sistema educativo e não para a dualidade de sistemas – regular e especial -, reforçando a necessidade de capacitação de todos os professores para trabalharem com a diferença na sala de aula e na escola, no sentido de uma orientação flexível que contribua para uma melhoria dos alunos.

Um sistema de educação inclusivo deve estruturar-se e desenvolver-se de acordo com a diversidade de características das crianças e jovens, as diferentes necessidades ou problemas e, portanto, a diferenciação de medidas no sentido de promover competências universais que permitam a autonomia, sucesso e acesso à cidadania plena por parte de todos. O trabalho deve ser desenvolvido no sentido de promover a inclusão escolar de todos, incidindo sobre as suas potencialidades e capacidades, através de estratégias e recursos, que se baseiem no estabelecimento de uma organização escolar facilitadora dessas medidas e da cooperação entre professores. O progresso educativo destas crianças depende da qualidade das adaptações curriculares, de estratégias e recursos que são implementados e da articulação de saberes entre todos os membros que compõem a equipa educativa, de modo a responderem à diversidade de exigências de cada aluno.

Da pesquisa heurística à literatura sobre a temática da ‘apoio tutorial’ aos alunos (incluindo os alunos com NEE) no contexto escolar confrontámos que há uma considerável escassez de estudos, associado ao enquadramento titubeante a que é dotado nas políticas de educação em cada estabelecimento de ensino (a política portuguesa é descentralizada e, por isso as decisões são locais com a elaboração do projeto educativo de escola) e a existência de uma necessidade exploratória da forma como, da parte dos alunos que manifestam necessidades específicas, a intervenção é encarada e, daí a pertinência da temática. Sabemos que, por um lado, alguns alunos, quando lhes são disponibilizados o apoio tutorial apresentam uma postura reticente, evidenciando, até, um considerado número de faltas e, noutros casos, encaram-no como uma importante estratégia de recuperação, implicada no seu bem-estar, sucesso e inclusão escolares, tal apresentou-se-nos como determinação crucial e impulsionadora para uma abordagem da tutoria, numa perspetiva de concretização acessória em relação ao currículo (flexibilização curricular no ensino dos alunos, abrangidos pela

diferenciação pedagógica), tendo por base um contexto escolar que, no usufruto de medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, frequentam o referido apoio.

Por outro lado, há certas ambiguidades na conceção e na aplicação da medida de apoio tutorial, em especial com os alunos com necessidades específicas, sendo que por vezes chega a ser desvalorizada a sua implementação, uma vez que os alunos podem ter outros apoios de educação especial. É, verdade que esta medida tutorial apresenta potencialidades em si e, por outro, uma aplicação por parte de quem melhor conhece o aluno, neste caso o docente de educação especial, sendo tal encarado como uma mais-valia na sua educação. Existe uma escassez de estudos sobre a tutoria aos alunos com necessidades educativas especiais (doravante NEE), convertendo-se num desafio do após COVID 19 numa revitalização desta medida em harmonia com as diretrizes dadas Direção-Geral do Ensino em Portugal para a sua implementação, no âmbito da recuperação de aprendizagens.

Norteados por estes aspetos existentes no contexto escolar que formulámos o nosso problema de estudo: Compreender os impactos do apoio tutorial, no âmbito curricular, dado aos alunos com NEE num Agrupamento de Escola X, na região portuguesa da Guarda (Portugal). Deste modo, elencámos os seguintes objetivos: compreender significado do apoio tutorial; e características do professor-tutor; identificar os conhecimentos dos sujeitos em estudo sobre o papel do professor-tutor; caracterizar as metodologias de intervenção desenvolvidas no apoio tutorial; compreender as vantagens do apoio tutorial no acesso ao currículo, por parte dos alunos; conhecer várias áreas de competências trabalhadas na tutoria. A partir do problema e objetivos analisamos a temática, na base da fundamentação teórico-conceptual, da metodologia e procedimentos de recolha e tratamento de dados.

Os resultados permitiram-nos concluir que a escola, enquanto espaço promotor de várias práticas, dá resposta, com medidas de apoio, à diversidade dos alunos implementando um leque estratégias, que, para além de sustentadas em normativos legais específicos, contam, também, com ação de profissionais capazes de intervir de forma personalizada em benefício de todos os alunos, incluindo os de NEE. Uma dessas estratégias é a tutoria que, podendo ser de cariz individual ou em grupo, assume como principal função o apoio socio-emocional e educativo, na promoção da autodeterminação, sendo que a sua aplicação reforça as áreas

curriculares, segundo as especificidades de cada tutorando. Esta forma adaptativa, demonstra que a tutoria pode ser altamente eficaz, confirmando alguma literatura existente. Contudo, para o ser, necessita de ser ajustada, ponderada, estruturada e monitorizada, exigindo igualmente por parte do professor tutor uma formação específica (formação continuada ou ações de formação).

## **VALORIZAÇÃO DO APOIO TUTORIAL NA ESCOLA INCLUSIVA**

A implementação de uma escola inclusiva pressupõe uma alteração da forma como a escola se organiza. Nesta visão paradigmática, o papel do professor presume trabalho em equipa, não só prévio, mas também durante o tempo em que decorre a aula, de forma a que as estratégias pedagógicas sejam cada vez mais harmonizadas á diversidades dos alunos. Torna-se óbvio que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais numa turma regular traz novos e possivelmente difíceis problemas. Esses problemas só poderão ser ultrapassados num contexto em que há uma cultura de colaboração (Ainscow et al., 2012). Segundo Correia (2008, p. 23-24), os professores que desempenham as suas funções em escolas inclusivas “colaboram e planeiam mais, aprendem novas técnicas uns com os outros, participam num maior número de formação, demonstram vontade de mudar e utilizam a diversidade de estratégias para ensinar os alunos”.

A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais (doravante NEE), nas escolas regulares, pode ser um impulso importante para a aceitação mútua e a aprendizagem social. Ora o objetivo da inclusão não é suprir as diferenças, mas sim permitir que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional (comunidade de aprendizagem) que valorize a sua individualidade na equidade. Para tal são precisas infraestruturas específicas e recursos, unido à intervenção dos professores que carecem de formação especializada (seja na formação inicial, seja na formação continuada) nesta área. A exigência na educação inclusiva implica um “esforço” de todos, que se repercute no acesso educativo e na qualidade da educação, de modo a promover o sucesso escolar.

Consideramos ‘tutoria escolar’, segundo Alarcão e Simões (2008) a relação de apoio e orientação entre professor-aluno, desenvolvida durante um percurso alargado de tempo (preferencialmente durante um dado ciclo de estudos), que visa

não só o acompanhamento escolar, mas também o seu desenvolvimento individual e a realização do seu potencial do aluno. Esta relação deve desenvolver-se de forma corresponsável e co construída, isto é, partilhada e tecida por ambos os elementos da díade. De facto, o trabalho de tutoria escolar não se esgota no apoio académico. Este requer outros mecanismos de desenvolvimento do jovem nas suas várias dimensões, mais especificamente no que diz respeito ao apoio sócio emocional, no desenvolvimento identitário e autodeterminação, numa perspetiva de impacto a longo prazo (Alarcão & Simões, 2008). De acordo com estes autores, na base da tutoria escolar, deverão constar objetivos que passam pela promoção da autonomia dos tutorandos em diferentes níveis, nomeadamente as vertentes: comportamental (saber fazer...); cognitiva (saber pensar...); e afetivo-emocional. Assim, o Apoio Tutorial enquanto prática didático-pedagógica capaz de tornar os conteúdos curriculares mais próximos dos contextos de cada aluno e, desta forma, mais significativos, promovendo a aquisição de saberes e o sucesso escolar. No âmbito do plano de recuperação de aprendizagens a aplicar aos alunos que evidenciem dificuldades, o Despacho Normativo n.º 50/2005 de 20 de outubro, no seu artigo 2º, ponto 3, alínea b) afirma dever ser aplicado aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina, área curricular disciplinar ou não disciplinar. Esse plano de recuperação pode integrar, entre outras, a modalidade de programas de tutoria para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento do aluno.

A Lei 51/2012 de 5 de setembro, que promulgou Estatuto do Aluno e Ética Escolar, prevê no seu artigo 35º que, das equipas multidisciplinares destinadas a acompanhar os alunos, façam parte professores tutores. Mais tarde o Despacho Normativo n.º 4-A/2016, artigo 12.º, define o Apoio Tutorial Específico para alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico que acumulem duas ou mais retenções. Às escolas é atribuído um crédito horário adicional a fim de ser prestado este Apoio Tutorial aos alunos que cumpram os referidos requisitos legais. No art.º 12º, do Despacho Normativo n.º 10-B/2018 prevê-se a implementação da medida de Apoio Tutorial Específico, a qual é proposta no âmbito do funcionamento da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (Art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). De facto, os normativos jurídicos indicados faz-nos deduzir

que à escassez, à imprecisão nos modos de implementação e à denotação lacunar de formação de professores tutores, que possibilite a fundamentação de práticas de Apoio Tutorial se tem, recentemente, sobreposto uma revitalização da tutoria.

É óbvio que as várias medidas de apoio e recuperação das aprendizagens, as quais se compilaram num documento designado '*Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao Longo do Ano Letivo de 2020/2021*', em que as diferentes estratégias de organização escolar e atividades aí propostas, podemos destacar aquelas que, no âmbito do Plano de Atuação para a recuperação/consolidação das aprendizagens, proposto às escolas, o Apoio Tutorial específico visa um acompanhamento próximo do aluno, promovendo a utilização de processos de autorregulação às aprendizagens escolares, procurando melhorar o seu desempenho e competências pessoais, ou seja, fomentar o controlo de comportamentos, de forma intencional e consciente, no decorrer de situações de aprendizagem. Uma valorização do potencial pedagógico da tutoria, coincidente com situações limite da necessidade de recursos e estratégias promotoras do processo de ensino, pode dever-se ao facto da tutoria escolar, segundo Alarcão e Simões (2008), instituir uma forma de acompanhamento diferenciado ao aluno, que se centra em aspetos como a proximidade relacional, a autonomia e a autoeficácia, considerados facilitadores da aprendizagem.

## **METODOLOGIA – DESIGN, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS**

Efetuámos uma pesquisa de metodologia qualitativa, assente no paradigma interpretativo (Flick, 2005), numa abordagem fenomenológica ao fenómeno -o apoio tutorial do professor aos alunos com NEE, no contexto escolar dum Agrupamento de Escolas da zona centro interior de Portugal, do distrito da Guarda (designação X). Assim, o escopo da metodologia qualitativa é obter uma compreensão detalhada do papel do professor tutor aos alunos necessidades específicas e daí que no dizer de Denzin e Lincoln (2006, p. 15) essa metodologia “envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Trata-se duma pesquisa exploratória (descritiva, analítica, transversal e interpretativa), que busca respostas para



questionamentos e dedica-se a identificar e compreender fatos/acometimentos do apoio tutorial na educação especial, que precisam ser explorados (XXXXX).

Entendemos o fenômeno do ‘Apoio Tutorial’, mais concretamente o seu contributo no acesso ao currículo por parte de alunos NEE através dos dados que os sujeitos participantes na investigação lhe atribuem, confere à investigação esse cariz interpretativo, ao qual acresce a vertente analítica, caracterizada pelas perguntas de investigação, que são analisadas e interpretadas em função dos dados obtidos, através da triangulação. A investigação, realizada em 2023, utilizou o método indutivo, sendo de tipo exploratória, observacional, descritiva, analítica, transversal e interpretativa, enquadrada na modalidade de estudo de caso situacional, no existem dados percentuais ou analíticos sobre os efeitos da mesma na concretização das aprendizagens dos alunos, o que nos impediu ter uma interpretação mais objetiva na fase da triangulação dos dados.

Utilizámos seguintes técnicas de recolha de dados: observação documental; observação participante e não-participante; entrevistas semiestruturadas; registo de notas de campo. Primeiramente, implementámos, então, a recolha de dados com a aplicação das entrevistas, análise documental (com registos) e observação direta e participante das sessões de Apoio Tutorial (com recurso a notas de campo). Numa fase posterior, procedemos à análise de conteúdo das entrevistas, agrupando-se a informação relevante em categorias e subcategorias e efetuando, depois, a interpretação na base da triangulação destes dados com os obtidos nos diferentes registos de notas de campo. As sessões de observação e as entrevistas (duração média de uma hora) foram realizadas entre março a maio de 2023.

Cumprimos os procedimentos ético-legais/sociais da pesquisa com os requisitos do anonimato, sigilo e confidencialidade dos sujeitos intervenientes, sendo informados dos seus objetivos, aquando do protocolo estabelecido no acesso dos dados e na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, segundo as regras do Comité de Ética da Instituição de Ensino Superior.

O estudo norteou-se pelas seguintes perguntas de investigação:

**\*-Perg.1-**Conhecer as principais características do docente responsável pelo Apoio Tutorial de alunos NEE. Pretendemos indagar acerca daquilo que alguns estudos (Azevedo & Nascimento, 2007; Lourenço, 2012) apontam como fundamental: a

dotação, por parte do tutor, de qualidades reconhecidas, quer na área psicossocial, quer na área instrumental (do saber e saber fazer). Ao conhecer as características do tutor, partimos do pressuposto que a estrutura emocional do profissional e as regras socio-afetivas pelas quais se pauta se apresentam como motor do desenvolvimento do seu cargo com sucesso.

**\*-Perg.2-** Identificar os conhecimentos que os alunos, pais/encarregados de educação e professores têm sobre o papel do professor tutor aos alunos com NEE. Alguns estudos (Barbosa, 2003; Semião, 2009) destacam as atribuições de índole executiva do tutor e alertam para uma certa uniformização entre a concepção, desenvolvimento e eficácia deste apoio e o desempenho do tutor, podendo confundir-se a figura do tutor com o apoio ministrado (questão relacional, capacidade de conexão tutor-tutorando) (Alarcão & Simões, 2008).

**\*-Perg.3-** Caracterizar as parcerias e as metodologias de intervenção desenvolvidas na aplicação do processo de Apoio Tutorial no Agrupamento de Escola X. A literatura sobre tutoria (Lourenço, 2012; Vieira, 2011) apontam fatores na eficácia desta estratégia de ensino, por exemplo: desenvolver atividades adaptadas às necessidades do aluno; estruturação, não havendo lugar para acasos; cumprir plano de ação tutorial, fundamentado, com práticas de monitorização e avaliação.

**\*-Perg.4-** Determinar se os sujeitos inquiridos consideram vantajoso o Apoio Tutorial no acesso ao currículo, por parte dos alunos NEE. Teoricamente 'Apoio Tutorial' implica uma intervenção corresponsável da medida de reforço à aprendizagem, com influência direta no sucesso das aprendizagens dos alunos, o que lhes propiciará um maior e melhor acesso ao seu currículo (Alarcão & Simões, 2008; Rodrigues, 2001).

**\*-Perg.5-** Identificar as diferentes áreas de competências trabalhadas no Apoio Tutorial ministrado no Agrupamento de Escola X. O PASEO (2017) define as diferentes áreas de competências a atingir pelos alunos durante a escolaridade obrigatória. Sabemos que cada aluno, mediante o seu perfil de potencialidade e fragilidades, evidencia diferentes necessidades específicas de aprendizagem, pelo que se recorre, práticas educativas, adaptações de índole variada e estratégias de apoio distintas, como é o caso do Apoio Tutorial.

As respostas dos entrevistados, a análise documental, os registos observação participante, permitiram-nos a verificabilidade das perguntas formuladas, através da triangulação de dados, podendo elencar diferentes áreas de competências trabalhadas no Apoio Tutorial, com base em documentos estruturados e normativos legais vigentes, que possibilitem a aquisição de aprendizagens significativas a estes alunos com NE.

### **Análise caraterial dos sujeitos da amostra**

Os sujeitos do estudo foram N=4 alunos (AL1 e AL2 do 3.º CEB do 9.º ano de escolaridade; AL3 e AL4 do ensino secundário, 10.º ano de escolaridade) e respetivos N=4 pais/encarregados de educação (EE1, EE2, EE3, EE4), N=2 diretores de turma (DT1=ensino básico, DT2=ensino secundário) e a coordenadora do EMAEI-Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva e também responsável da Área Disciplinar de Educação Especial (COORD). Aplicámos a todos eles entrevistas semiestruturadas, fizemos observação participante e não participante (registos de notas de campo).

Em relação aos alunos (AL) eles foram selecionados por conveniência seguindo a medida Apoio Tutorial, enquadrada na alínea e) do Art.º 9º, do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, ao usufruírem no Agrupamento de Escolas, segundo a indicação conselho de turma à EMAEI, que decidiu pela implementação de medidas, ao abrigo dessa legislação específica. Em seguida caraterizamos individualmente cada um dos alunos e os respetivos pais/encarregados de educação de cada um deles (EE1, EE2, EE3, EE4).

**\*-Aluno AL1** é do género masculino e tem 14 anos. O aluno é o segundo filho de uma fratria de quatro, tendo o primogénito falecido num acidente, quando o AL1 tinha 4 anos de idade e estava a frequentar a Educação Pré-Escolar. Reside com os pais e três irmãos mais novos. No 1º ciclo, o seu aproveitamento escolar foi satisfatório, mas verificaram-se dificuldades na aprendizagem da leitura, em acatar regras, ao nível da atenção/concentração e uma grande instabilidade emocional. Durante o 2º ciclo até ao final do 7.º ano, AL1 teve baixo aproveitamento escolar, mas conseguiu transitar, não tendo, até agora, nenhuma retenção. Depois de feita a avaliação e parecer da EMAEI- passou a usufruir seguintes medidas de

suporte à aprendizagem e à inclusão (Decreto-Lei n. °54/2018, de 6 de julho): Medidas Universais de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Artº 8º: Diferenciação pedagógica; Acomodações curriculares; promoção do comportamento pró-social; intervenção com foco acadêmico/comportamental em pequenos grupos); Medidas Seletivas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão (Art. 9º: adaptações curriculares não significativas; antecipação e reforço das aprendizagens); Adaptações no Processo de Avaliação (Artº 28º: A diversificação dos instrumentos de recolha de informação).

A **EE1** tem 40 anos, trabalha por conta própria, juntamente com o marido (agricultura e pastorícia), tem o 9.º ano e vive com três filhos. Valoriza a escola, mas reconhece que, por falta de tempo e de competências académicas, não acompanha de forma contínua a vida escolar de AL1.

\* -Aluno **AL2** é do género feminino e tem 15 anos. Trata-se de uma aluna que iniciou a escolaridade obrigatória no ano letivo de 2012-13. Apresenta uma retenção no 3º ano. Perante dificuldades de uma aprendizagem regular, procedeu-se à sua referenciação em julho de 2013. Após a avaliação por referência à CIF, a mesma passou a integrar o normativo jurídico. Apresenta dificuldade ao nível das funções da linguagem, havendo já anteriormente o diagnóstico de dislexia, que dificulta a escrita e a leitura. Apresenta também dificuldades ao nível da assimilação da informação e da memória a longo prazo, o que lhe compromete uma maior aquisição de competências. É uma jovem com constrangimentos de ordem emocional, que se traduzem numa baixa autoestima e nalguma dificuldade na diferenciação de comportamentos apropriados e desapropriados. A família apresenta-se pouco estruturada, adotando posturas pouco favoráveis ao desenvolvimento psicossocial da aluna, manifestando, contudo, confiança de que a escola proporcionará a aquisição de competências em termos de autonomia pessoal e social e ajudará a aluna a tomar decisões sobre as suas opções futuras. A situação escolar da aluna foi reavaliada, tendo a EMAEI decidido que as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que vão ao encontro das necessidades da discente, no sentido da promoção e da melhoria da sua aprendizagem, são as seguintes: Medidas Universais de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Artº 8º: Diferenciação Pedagógica; Acomodações curriculares); Medidas Seletivas de

Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Art. 9º: adaptações curriculares não significativas; apoio psicopedagógico; A antecipação e o reforço das aprendizagens; Apoio Tutorial); Adaptações no Processo de Avaliação (Art.º 28º: diversificação dos instrumentos de recolha de informação; utilização de produtos de apoio a aplicar na disciplina de Matemática; tempo suplementar para realização da prova; leitura de enunciados; utilização de sala separada).

A **EE2** tem 40 anos, é empregada de lar e tem o 6.º ano. É divorciada, vivendo com outro companheiro, não havendo contacto com o pai da aluna impensável, já que o ambiente era pautado por episódios de violência doméstica. A filha não contacta com o pai, nem este a procura. Apesar de sinalizada AL2 pela Comissão Proteção de Crianças e Jovens EE2 faz tudo o que pode pela filha, mas não a ajuda nas tarefas escolares, uma vez que não tem conhecimentos para tal. Quanto aos contactos com a escola, são frequentes, não por iniciativa da própria, mas da escola, tentando vir, quando tem disponibilidade.

\*-Aluno **AL3** é do género feminino e tem 15 anos. A aluna foi submetida a avaliação psicopedagógica pela EMAEI, no ano letivo 2015/2016, no 4º ano de escolaridade, por solicitação nos termos legais, da professora titular de turma. Assim, identificaram e perceberam as dificuldades apresentadas ao nível das aprendizagens, com o objetivo de se adequar o processo de ensino e de aprendizagem à aluna. Da referida avaliação constatou-se que, ao nível intelectual, a aluna apresentava um nível global de aptidão cognitiva inferior, quando comparada com os valores normativos estabelecidos para crianças com igual idade. Os testes sugerem dificuldades ao nível da abstração verbal, capacidade de estabelecer relações lógicas, generalização, discriminação perceptiva, orientação espacial, memória, formação e expressão de conceitos verbais e numéricos, raciocínio lógico e raciocínio não-verbal. Os resultados revelam, ainda, grande comprometimento ao nível do cálculo mental, resolução de problemas, leitura e escrita. Embora de forma menos significativa, verificou-se alguma dificuldade ao nível da manutenção da atenção. A aluna é uma jovem bem-educada, de trato fácil. Vive com a mãe, uma irmã mais velha, a frequentar o ensino superior, e o pai. De salientar que a família se constitui como um elemento favorável ao seu desenvolvimento psicossocial. Usufrui do Decreto-Lei nº 54/2018 de 6 de julho:

Medidas Universais de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Art.8º: diferenciação pedagógica; acomodações curriculares); Medidas Seletivas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Art.º9º: adaptações curriculares não significativas; apoio psicopedagógico; antecipação e reforço aprendizagens; Apoio Tutorial); Adaptações no Processo de Avaliação (Art.28º: diversificação dos instrumentos de recolha de informação; tempo suplementar para realização da prova; leitura de enunciados; utilização de sala separada).

A **EE3** tem 43 anos, é assistente operacional de educação, frequentou a escola até ao 11.º ano. Vive com o marido e duas filhas, sendo a mais velha a frequentar o ensino superior fora. De salientar o realce dado pela mãe à família, destacando avós maternos, como elementos-chave para estruturação da família. EE3 dedica muito tempo ao acompanhamento e ajuda nos estudos da filha, por apresentar dificuldades. É de referir que os problemas de saúde da aluna, se não fosse esta união e apoio familiar, completado com todo o acompanhamento prestado na escola, a situação seria muito complicada

\*-Aluno **AL4** é do género feminino e tem 16 anos. A aluna apresenta um desenvolvimento cognitivo baixo, a nível de raciocínio, que, associado à falta de atenção/concentração, prejudica as suas aprendizagens. Apresenta fraca confiança, uma comunicação pouco expressiva, manifestando fragilidades no autocontrolo da ansiedade. Ao nível da socialização e comportamento, trata-se de uma jovem que mantém uma boa relação com todos os elementos da turma e restante comunidade escolar. A esta aluna aplicaram-lhe: Medidas Universais de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Art.º 8º: Diferenciação Pedagógica; Acomodações curriculares; intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos); Medidas Seletivas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (Art.º 9º: Adaptações curriculares não significativas; apoio psicopedagógico; Antecipação e reforço das aprendizagens. Para além destas medidas, a aluna beneficia ‘Adaptações no Processo de Avaliação’ (Art.º 28º: diversificação dos instrumentos de recolha de informação; utilização de apoio na disciplina de Matemática; tempo suplementar para realização da prova; leitura de enunciados; na sala separada).

A **EE4** tem 39 anos, é camionista, juntamente com o marido. Tem o 9.º ano de escolaridade e ausenta-se por longos períodos de casa, deixando a filha e um

filho mais novo aos cuidados dos avós maternos. Dada a falta de tempo e as ausências inerentes à profissão, o acompanhamento da vida escolar dos filhos é fraco, acabando por ser os avós que auxiliam naquilo que conseguem, tendo em conta a faixa etária e habilitações académicas, que não são muitas.

Os dois Diretores de Turma (DT) foram caracterizados da seguinte forma:

O DT1 é um professor, com 57 anos de idade, mestre em Ensino das Artes Visuais. A sua situação profissional caracteriza-se por ser professor de Quadro de Agrupamento com 29 anos de serviço, sendo que, os últimos 23 anos foram ao serviço do Agrupamento. Relativamente ao exercício das funções de diretor de turma, afirma que, praticamente, sempre as exerceu, teve um ou outro ano de interregno, mas, do que se lembra, quase todos os anos é DT (Diretor de Turma). O DT2 é uma professora, com 47 anos, licenciada em Matemática. A sua situação profissional caracteriza-se por ser professora de Quadro de Agrupamento (QA) com total de 22 anos de serviço, sendo os últimos 18 ao serviço do Agrupamento.

Em relação à coordenadora (COORD) da EMAEI e Área Disciplinar de Educação Especial é uma professora, com 57 anos de idade, especializada em Educação Especial. A sua situação profissional caracteriza-se por ser professora de Quadro de Agrupamento, do grupo 910, Educação Especial – domínio Cognitivo e Motor. Num total de 35 anos de serviço docente, 30 dos quais foram neste agrupamento, apresenta uma grande experiência e conhecimento dos contextos envolventes dos alunos, do meio no qual se insere a escola, bem como das estruturas organizativas, dados os cargos que, durante este tempo, aqui, foi desempenhando. Antes de ter a especialização em Educação Especial, lecionou a várias turmas e anos 1.º CEB, tendo sido, durante um longo período, coordenadora de estabelecimento de uma das escolas do 1.º CEB, que pertence ao Agrupamento.

## **ANÁLISE E VERIFICABILIDADE DAS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO**

Fizemos a análise de conteúdo às entrevistas semiestruturadas realizadas e aos registos de notas de campo provenientes do desenvolvimento contextual das entrevistas, observações de 9 sessões de Apoio Tutorial dos 4 alunos com NEE, dos documentos consultados (Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas X, Plano

de Recuperação de Aprendizagens, Relatórios Técnico-Pedagógicos dos alunos, Planos de Ação Tutorial, Relatórios de Avaliação de Ação Tutorial).

A verificabilidade das perguntas de investigação possibilitou-nos confirmar que o Apoio Tutorial contribui no acesso ao currículo por parte destes alunos com NEE em estudo, concretizando-se o referido contributo numa compensação relacional dos discentes, que, por motivos diferenciados, experienciam diversos tipos de dificuldades ou perdas na relação com os outros e com o ambiente e processos de aprendizagem, para além de terem sido ou serem expostos a elevados níveis de adversidades e fragilidades. Assim, através da promoção de competências, sejam elas pessoais, sociais ou técnicas, este tipo de apoio assume-se como uma importante estratégia mediadora e habilitativa no acesso às aprendizagens significativas de cada tutorando, contribuindo para que todos e cada um de forma única, previamente definida e adaptada, cumpra o currículo para si definido, num efetivo exercício de Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Os sujeitos em estudo reportaram-se várias características do tutor, por exemplo para os DTs e coordenadora, o professor tutor ocupa um grande papel no desenvolvimento do processo da tutoria dos alunos NEE com implicação direta no sucesso da mesma, devendo estar dotado de empatia, ser mediador e conhecedor, estar confiante e transmitir segurança, ou seja manifestar competências relacionais e técnicas para o exercício dessas funções tutoriais. Assim, qualidades principais dum tutor devem ser a compreensão, a amizade, a autenticidade, a objetividade, a motivação para a formação contínua, a capacidade autocrítica e a paciência. Deve possuir formação global e académica, adequado relacionamento emocional capaz de dar resposta à função orientadora para o cargo de tutor.

Na consideração da tutoria como atividade inerente à função do professor, realizada individual e/ou coletivamente com alunos, a fim de facilitar a integração pessoal nos processos de aprendizagem, a ação do professor tutor é de ajuda ou orientação ao aluno. Tutor e tutoria são dois conceitos complementares, que significam o conjunto das atuações de orientação pessoal, escolar e profissional, formuladas pelos professores com a colaboração dos alunos, família e escola.

Confirmou-se que o agir preformativo da tutoria implica uma “empatia entre o tutor-tutorando” (AL3). No dizer de EE2, o papel professora tutora, passa



por “ver junto dos outros professores se a situação escolar da aluna está a evoluir bem”. As EE2 e EE3 destacam papel orientador do professor tutor ao referirem-se a tomar decisões sobre o futuro, como é o caso das áreas de estudo a seguir e na orientação com trabalhos a realizar em casa e na escola e no estudo (elaboração de grelhas para marcar as fichas de avaliação), ou seja, ensinar como a aluna deve estudar e a ter um bom comportamento nas aulas.

As entrevistas efetuadas aos sujeitos do estudo (categorias Cat.1-Alunos com NEE; Cat.2-Apoio Tutorial; Cat.3-Currículo) aludiram algumas áreas trabalhadas com os alunos em diferentes situações e com recurso a intervenções específicas, mediante o contexto do tutorando, destacando análise conteúdo as designações:

- Conhecedor / sabedor / culto/ informado: “A minha professora tutora, até, já me arranjou uns folhetos duma Escola Profissional Agrícola para, no próximo ano, ir para lá tirar o curso de Técnico de produção Agropecuária”. (AL1)

- Responsável / autónomo: “Já não me esqueço de fazer os TPC (trabalhos para casa) porque fiz um calendário na tutoria para poder anotar os trabalhos e outro para marcar os testes”. (AL1)

- Indagador/investigador: “Participo em projetos diferenciados e, por tudo isto, eu acho que a escola me tem ajudado a superar as dificuldades”. (AL2)

- Crítico/Analítico: “Eu não é que seja malcomportada, no sentido de desrespeitar os outros, mas, por vezes, não sou muito responsável e a tutoria ajuda-me a ser mais responsável e a cumprir os meus deveres da aluna” (AL2)

- Sistematizador/ organizador: “ajuda a tomar decisões sobre o futuro (exemplo: áreas de estudo a seguir). (EE3)

- Respeitador da diferença / do outro: “A minha separação do pai da minha filha foi difícil e deixou-nos marcas. A miúda sempre teve dificuldades”. (EE2)

- Comunicador: “nas aulas está sentada à frente, pois ela não consegue falar alto devido ao problema facial” (EE3)

Detetámos, através da observação documental e respetivas notas de campo que o Projeto Educativo do agrupamento certifica as práticas pedagógicas com vista ao desenvolvimento de competências, que se assumam como uma forma de resposta dos alunos aos desafios da sociedade atual, já que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho), converge

e articula as decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular, sustentando os princípios orientadores da intervenção pedagógica.

De facto, os alunos tutorandos com necessidades específicas usufruem Apoio Tutorial (Decreto-Lei n.º 54/2018), sendo que a prática colaborativa se assume como uma mais valia no papel do professor tutor destes alunos, na medida em que favorece um ensino articulado entre os alunos/professores e profissionais que trabalham com alunos, a direção da escola e os parceiros socioeducativos. O Apoio Tutorial desenvolve-se no contexto de ensino para o qual contribuem diferentes atores, desde o início da conceção do projeto, até à sua implementação e avaliação.

Por outro lado, a análise documental, registos de notas e observações em contexto de tutoria, confirmaram diferentes metodologias de intervenção na prática, que surgem elencadas nos Planos de Ação Tutorial, os quais obedecem à seguinte estrutura: - etapas (deteção problemas, recolha de informação, descrição do tutorando, Contrato Tutoria, articulação trabalho docente e relação com a família); atuações; intervenientes e calendarização. Ou seja, no dizer de EE4 “parece-me que para o bem dos alunos e para maior eficácia da tutoria deve haver interação entre professora tutora, alunos, encarregados de educação, professores das diferentes disciplinas e outros técnicos que trabalhem com os alunos”. Os Relatórios de Avaliação da Ação Tutorial trimestrais avaliam domínios da aprendizagem, pessoal, afetivo e social, as atividades realizadas por cada aluno, para além da Ficha de Autoavaliação (desempenho), que cada aluno preenche confirmado por DT2 “existe um relatório de avaliação de ação tutorial, preenchido, pelo professor tutor, no final de cada período letivo e que é dado a conhecer ao conselho de turma e encarregado de educação e existe a ficha de autoavaliação da tutoria, preenchida pelos alunos, também, no final de cada período”.

A coordenadora da EMAEI e da Educação Especial refere que monitorização é efetuada no final de cada período com recurso à elaboração de um relatório síntese das atividades desenvolvidas, preenchimento de um questionário eletrónico pelo respetivo coordenador e questionários de satisfação aos alunos. Pelo que observámos o Apoio Tutorial, enquanto estratégia de mediação do processo de ensino, implica todo um trabalho de índole colaborativa, que faz com que a tutoria,

deva ser entendida, quer na perspetiva do aluno, como dos diferentes agentes envolvidos, como uma forma de apoio académico e como uma forma de socialização.

De acordo com literatura (Rodrigues, 2003), existe, em contexto educativo, um ponto para o qual todas as estratégias, as metodologias, a informação, oportunidades e intervenções convergem (Apoio Tutorial) que é o currículo. Na perspetiva aluno AL1 o Apoio Tutorial é vantajoso no acesso ao currículo afirmando “eu nunca gostei da escola, nem de estudar. Mas preciso de aprender e, através, do Apoio Tutorial, isso não se torna tão maçador e sinto que é possível de conseguir”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Apoio Tutorial assume-se como espaço de contacto entre ‘tutor-tutorando’, a família e os professores. Os dados confirmaram que professor, em contexto de tutoria, não se dissocia atividade do seu responsável executório. O papel docente e a sua intervenção constituem elementos-chave das boas práticas inclusivas nas escolas, onde a presença, a participação e desenvolvimento dos alunos (com necessidades específicas) contribui para a melhoria da educação. Comprovámos que o papel da tutoria reforça a aprendizagem, sempre em estrita conexão com a figura do tutor e respetivas características exigíveis versus apresentadas para o exercício destas funções. Igualmente se deve considerar fatores na definição de um plano de ação do Apoio Tutorial, que se assumem como formas mais eficazes de estabelecer e desenvolver relações positivas de trabalho colaborativo e aprendizagens significativas de acesso ao currículo. Ou seja, para além de referenciar o trabalho tutorial, enquanto apoio académico, que possibilita a concretização de aprendizagens e acesso ao currículo, reforçam que o mesmo implica outros mecanismos de desenvolvimento do jovem nas suas várias dimensões, mais especificamente no que diz respeito ao apoio sócio emocional, desenvolvimento identitário e autodeterminação, numa perspetiva de impacto a longo prazo, o que enfatiza a pluridimensionalidade deste tipo de apoio, bem como as divergentes potencialidades, que abrange a aquisição de aprendizagens. As medidas de gestão curricular como Apoio Tutorial, norteiam-se pela Aprendizagens Essenciais com finalidade da aquisição de competências nas várias áreas definidas no Perfil do Aluno. Comprovámos que referido apoio contribui, através da

implementação e monitorização para o acesso ao currículo, por parte dos alunos com NEE, sendo este acesso alavancado pelo trabalho desenvolvido nas seguintes áreas de competências: relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autonomia, bem-estar/saúde ambiental, consciência e domínio do corpo, linguagens e textos, informação e comunicação, raciocínio e resolução de problemas, saber científico e tecnológico, observado nas sessões a que assistimos.

A eficácia da tutoria apresenta entre outros aspetos: a) é uma ação de orientação que visa promover e facilitar o desenvolvimento integral dos alunos, nas suas dimensões intelectual, afetiva, pessoal e social; b) é uma tarefa docente que personaliza a educação mediante um acompanhamento individualizado, que facilita aos alunos a construção e aperfeiçoamento dos conhecimentos e atitudes, ajudando-os na planificação e no desenvolvimento do percurso educativo; c) é uma ação que permite a integração ativa e a preparação escolar do aluno, canalizando e dinamizando as suas relações com os diferentes serviços, garantindo o uso adequado e a rendibilidade dos diferentes recursos que a instituição proporciona.

## REFERÊNCIAS

ABELHA, Marta Cristina Lopes. **Trabalho colaborativo docente na gestão do currículo do Ensino Básico: do discurso às práticas**. (Dissertação de Doutoramento em Didática). Universidade de Aveiro. Aveiro, 2011. Disponível no site <https://ria.ua.pt/handle/10773/3718>

AINSCOW, Mel; DYSON Alan & WEINER, Sara. **From exclusion to Inclusion**. A review of international literature on ways of responding to students with special needs in schools. Berkshire: CfBT, 2012.

BAPTISTA, M<sup>a</sup> da Nazaré Mesquita dos Santos. **A tutoria em contexto escolar - A influência das tutorias na prevenção de trajetórias desviantes**. (Tese) Dissertação Doutoramento em Educação, Instituto Educação, ULHT. Lisboa, 2011  
<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/8570/1/Tese%20final%20final.pdf>

CORREIA, Luís de Miranda. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais**. Porto: Porto Editora, 2008

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LOURENÇO, Lucinda Fernandes. **Tutoria. Um caminho possível para o sucesso escolar**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Instituto

de Educação da Universidade de Lisboa – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2012

[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7586/1/ulfpie042883\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7586/1/ulfpie042883_tm.pdf)

MARTINHO, Cristina Margarida Marques Fonseca. **Projeto de Tutorias em meio escolar**. Lisboa: Edições Lusófonas IE/ULHT, 2011

MOTA, Lídia Cristina Sanches. **Constrangimentos e potencialidades da implementação da flexibilidade curricular numa escola do distrito do Porto**. Dissertação de Mestrado em Educação – área da Administração das organizações Educativas – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2020. DOI: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7586/1/ulfpie042883\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7586/1/ulfpie042883_tm.pdf)

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 319/1991, de 23 de agosto**. Estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com NEE. Revoga o Decreto-Lei n.º 174/77, de 2/maio, e o Decreto-Lei n.º 84/78, 2 de maio. Lisboa/Portugal, 1991

PORTUGAL. **Despacho n.º 178-A/1993, de 30 de julho**. Estabelece as modalidades e as estratégias de apoio pedagógico aos alunos do ensino básico. Lisboa, 1993.

PORTUGAL. **Despacho Normativo n.º 50/2005, de 20 de outubro**. Estabelece plano de recuperação de aprendizagens a aplicar aos alunos com dificuldades.

RODRIGUES, David (Org.). **Perspectivas Sobre a Inclusão**. Da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

SEMIÃO, Filomena. **Tutoria: Uma forma flexível de ensino e aprendizagem**. Dissertação de Mestrado em Supervisão Pedagógica, especialidade de Línguas. Dept.º Ciências da Educação, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2009.

SILVA, M. O. E. **Gestão das Aprendizagens na sala de aula Inclusiva**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

TRINDADE, R. **Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos de práticas**. Lisboa: Leya, SA, 2018.

Recebido em: 09 de novembro de 2024

Aprovado em: 02 de dezembro de 2024

Publicado em: 30 de dezembro 2024

